

A TRAMA DOS FIOS INVISÍVEIS NOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA EDUCAÇÃO

THE WEAVING OF INVISIBLE THREADS IN CONTEMPORARY CROSS-CUTTING THEMES IN EDUCATION

LA TRAMA DE LOS HILOS INVISIBLES EN LOS TEMAS CONTEMPORÁNEOS TRANSVERSALES EN LA EDUCACIÓN

Graziela Martins Jordao¹

Arleide Rosa da Silva²

RESUMO

Este estudo investiga a interdisciplinaridade, transversalidade e pensamento crítico como elementos essenciais que sustentam os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na educação, destacando sua importância na formação integral dos estudantes. O objetivo é analisar como esses “fios” se conectam e fortalecem os TCTs, contribuindo para uma compreensão mais profunda das questões sociais, ambientais e culturais, além de capacitar os estudantes para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. A metodologia envolve revisão bibliográfica e análise crítica de fontes acadêmicas pertinentes ao tema. Os resultados evidenciam que a integração dos TCTs em todas as disciplinas promove uma educação mais abrangente e significativa, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

Palavras-chave: Temas Contemporâneos Transversais. Interdisciplinaridade. Transversalidade. Pensamento Crítico.

ABSTRACT

This study investigates interdisciplinarity, transversality, and critical thinking as essential elements underpinning Transversal Contemporary Themes (TCTs) in education, highlighting their importance in the holistic formation of students. The objective is to analyze how these "threads" connect and strengthen TCTs, contributing to a deeper understanding of social, environmental, and cultural issues, while empowering students to become agents of change in their communities. The methodology involves a literature review and critical analysis of academic sources relevant to the topic. Results demonstrate that the integration of TCTs across all disciplines promotes a more comprehensive and meaningful education, preparing students for the challenges of the 21st century.

Keywords: Transversal Contemporary Themes. Interdisciplinarity. Transversality. Critical Thinking.

RESUMEN

Este estudio investiga la interdisciplinaridad, transversalidad y pensamiento crítico como elementos esenciales que sustentan los Temas Contemporâneos Transversales (TCTs) en la educación, destacando su importancia en la formación integral de los estudiantes. El objetivo es analizar cómo estos "hilos" se conectan y fortalecen los TCTs, contribuyendo a una comprensión más profunda de las cuestiones sociales, ambientales y culturales, así como capacitando a los alumnos para convertirse en agentes de cambio en sus comunidades. La metodología implica una revisión bibliográfica y análisis crítico de fuentes académicas pertinentes al tema. Los resultados evidencian que la integración de los TCTs en todas las disciplinas promueve una educación más amplia y significativa, preparando a los estudiantes para los desafíos del siglo XXI.

Palabras clave: Temas Contemporâneos Transversales. Interdisciplinaridad. Transversalidad. Pensamiento Crítico.

Submetido para publicação: 24/03/2024

Aceito para publicação: 18/06/2025

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau– Santa Catarina – Brasil – <https://orcid.org/0009-0000-1462-7961> – gjordao@furb.br.

² Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau– Santa Catarina – Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-5937-4427> – arosa@furb.br

INTRODUÇÃO

A educação apresenta-se como um processo contínuo, moldado pelos indivíduos, pelos seus conhecimentos prévios e pelas conexões estabelecidas. O processo que busca a construção de novos valores, informações, habilidades e atitudes, visa potencializar a atuação do indivíduo como cidadão, é realizado nas escolas, e as disciplinas de seus componentes curriculares não devem ser abordadas de forma isolada e sem vínculo com a sociedade e o mundo atual. Segundo Freire (1996), educar vai além da simples transmissão de conhecimento: envolve orientar o desenvolvimento de competências intelectuais que permitam integrar dados e informações, com o objetivo de transformar a realidade, e não apenas se adaptar a ela.

Nessa perspectiva, para cumprir efetivamente o papel de educador, é fundamental explorar novos caminhos que ampliem a aprendizagem, promovendo uma educação de qualidade e integral. Uma formação padronizada não cabe mais; entrelaçar, trazer temas e assuntos vivenciados para a realidade escolar faz toda a diferença na forma como o estudante passará pela sua formação. Nas palavras de Gohn (2005) esses temas contemporâneos que permeiam transversalmente todas as disciplinas oferecem um terreno fértil para trabalhar com criatividade; é possível estabelecer conexões com contextos práticos da vida dos estudantes, promovendo uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar.

Conforme afirmam Mazuim e Gomes (2019), ler, ouvir, ver e falar são competências básicas para o conhecimento. Porém, quando os indivíduos participam de discussões ou simulam experiências reais, proporciona uma interação mais significativa, fazendo com que o estudante se sinta parte importante do processo e criando um ambiente de aprendizagem mais propício.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a considerar temas transversais contemporâneos como conteúdos essenciais para a Educação Básica, tornando obrigatória sua presença no currículo (BNCC, 2017). O texto da BNCC (2017) também menciona seis macro áreas temáticas: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde, compreendendo 15 temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global e devem ser abordadas transversalmente, passando horizontalmente por todas as disciplinas ao longo da formação do estudante.

Mas como os professores podem trabalhar com esses temas, quais bases eles podem utilizar para apoiar essa abordagem dos temas de suas disciplinas? O objetivo do artigo é justamente identificar as bases de sustentação que chamamos de fios que se entrelaçam para

formar um arcabouço para a construção de um projeto com temas contemporâneos dentro da educação.

Com o auxílio de autores e documentos da legislação vigente, foram construídos fundamentos e referências que identificam e relacionam esses fios com os Temas Transversais Contemporâneos.

O CAMINHO HISTÓRICO DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS TCTs

Desenvolver no currículo formas de abordar questões sociais cruciais e imediatas na atualidade representa um desafio significativo no campo da educação. A busca por metodologias e conteúdos alinhados às necessidades da sociedade tem sido constante. Nesse contexto, os temas transversais surgem como uma perspectiva inovadora e relevante, promovendo a integração de conhecimentos e valores que vão além das disciplinas curriculares tradicionais. Como destacado por Busquets *et al.* (2000), ao aprofundarmos os conceitos de transversalidade e abordarmos implicações de propostas que trazem novas construções para a realidade educacional, mais voltadas aos interesses reais de nossa sociedade, estamos contribuindo para a formação integral do estudante. Nessa interconexão, Morin (2001) deixa claro que a transversalidade é essencial para abrir novos caminhos e descobertas inovadoras.

A interdisciplinaridade presente nos temas transversais emerge como um elo vital para fortalecer a autonomia, permitindo transcender os limites das particularidades inerentes a cada disciplina ou componente curricular. Nesse contexto, Morin (2000) destaca a criação de uma proposta educativa integradora e ética, uma abordagem que visa preparar os indivíduos para a complexidade de um mundo em constante ebulição, destacando a interdisciplinaridade como um elemento-chave na formação para enfrentar os desafios contemporâneos. Por meio desse enfoque integrativo, os temas transversais adquirem uma perspectiva mais ampla e interconectada, capacitando os estudantes a enfrentarem com êxito os desafios que podem surgir ao atravessar as fronteiras disciplinares. Essa abordagem não apenas enriquece a compreensão sobre questões complexas da contemporaneidade, mas também promove a habilidade de relacionar conceitos e ideias de diferentes campos do conhecimento, preparando-os para uma participação mais informada e engajada na sociedade. Conforme afirmam Ruiz e Bellini (1998, p. 55), "a interdisciplinaridade ocorre quando a solução de um determinado problema é buscada recorrendo-se a diversas disciplinas, ocorrendo reciprocidade capaz de

gerar enriquecimento mútuo". Contudo, hoje não podemos abordar um tema de forma fragmentada, pensando em uma única parte. Não conseguimos entender todo um processo. Segundo Morin (1991), conhecer o todo exige mais do que somar as partes, já que o conjunto apresenta propriedades que não se explicam pela análise isolada de seus elementos.

Partindo do pressuposto de que os temas transversais possuem um papel transformador no contexto educacional, como impulsionadores de uma educação mais abrangente e significativa, com potencial para libertar as mentes dos estudantes de perspectivas estreitas e desafiá-los a examinar criticamente as complexidades do mundo. Auxiliando na capacitação dos estudantes no questionamento, reflexões e ações que promovem a conscientização e a responsabilidade cidadã, podemos afirmar que os temas transversais são a porta para discussões de mudanças. Assim como Paulo Freire (1996) diz, quando o homem compreende a sua realidade, ele pode levantar hipóteses, discutir sobre sua realidade e procurar soluções, transformando o mundo.

Explorar o passado é fundamental para compreender a evolução e a importância desses temas na educação contemporânea. Ao traçarmos os caminhos percorridos pela incorporação dos temas transversais nos currículos educacionais, mergulharemos nas origens, nos desafios enfrentados ao longo do tempo e nas mudanças que essas abordagens proporcionaram. Essa análise histórica nos permitirá contextualizar as atuais práticas interdisciplinares e transformadoras, lançando luz sobre como essas abordagens continuam a moldar e enriquecer o cenário educacional.

TRILHANDO A HISTÓRIA NO BRASIL: A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

A evolução gradual da educação ao longo das décadas reflete as constantes mudanças na sociedade e as perspectivas pedagógicas em transformação. Conforme a perspectiva de Lucas (2007), a escola pública nasceu com a desafiadora tarefa de conciliar princípios contraditórios: formar o homem na concorrência pela vida e educar o cidadão com virtudes sociais. Embora os temas transversais tenham raízes que remontam antes do início do século XX, foram nas décadas de 1920 e 1930 que surgiram os primeiros movimentos de uma educação progressista, com pensamentos voltados para questões sociais e formação integral. A conexão entre a educação progressista e o debate, iniciado por utilitaristas e humanistas, sobre os conteúdos da ciência e das humanidades - considerados essenciais para a formação integral do indivíduo em prol da cidadania no final do século XIX - transcende os limites do tempo,

ecoando ainda atualmente, conforme ressaltado por Lucas (2007). A educação progressista, enraizada na visão de que a aprendizagem deve ser ativa, significativa e contextualizada, compartilha um fio condutor com o debate histórico sobre os conteúdos educacionais. A valorização da interdisciplinaridade e da formação integral, características centrais dos temas transversais, reflete esse legado compartilhado entre as visões utilitaristas e humanistas e a abordagem progressista.

Nas décadas de 1950 e 1960, houve um crescente interesse por abordagens educacionais mais amplas, indo além do foco estritamente disciplinar. Tópicos como moral, cidadania e ética começaram a figurar nos currículos, com inúmeros intelectuais e movimentos sociais empenhados na formulação de propostas para estruturar um sistema nacional de ensino mais inclusivo e acessível, capaz de mitigar as disparidades socioculturais e formar cidadãos conscientes de seus direitos, preparados para os desafios econômicos vigentes. Nesse período, o Brasil ostentava a reputação de uma nação com deficiências educacionais, refletidas nas taxas de analfabetismo, segundo as palavras de Jossetti e Araújo (2012). Houve notáveis iniciativas, mas não se conseguiu solucionar o problema da alfabetização, chegando em 1950 com índices de alfabetização na casa dos 50% da população brasileira. A agitação política que antecedeu o golpe de 1964 também teve impacto no campo educacional, permeado por projetos educativos humanistas e inovadores. Surgia a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, que via a educação como um instrumento de conscientização do povo para o desenvolvimento da nação. Para Saviani (2008), várias instituições passaram a embasar suas práticas nesta teoria, entre elas podemos destacar a Igreja Católica e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Nesse contexto, surge a figura do educador pernambucano Paulo Freire, que introduz a teoria da Educação Libertadora. Em sua concepção, delineia-se uma visão inovadora de educação voltada ao Brasil, embasada na análise da realidade do país e na proposição de que a conscientização da população é um instrumento vital para superar as amarras opressoras. Conforme destaca Saviani (2008), "Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despindo-se de todo o espírito assistencialista." Nesse cenário, nasce uma educação popular com o objetivo de conscientizar a população por meio de mobilizações culturais, artísticas e educacionais, tendo suas raízes nos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e nos Movimentos de Cultura Popular. Saviani (2008) ainda faz referência à pedagogia freireana, introduzindo o termo "Escola Nova Popular", reconhecendo a importância de Paulo

Freire na luta pela democratização do ensino por meio dos movimentos progressistas de esquerda que colocaram a educação a serviço dos "oprimidos". Freire acreditava em uma educação libertadora, transformadora e conscientizadora de um mundo mais humano, o que dava início a uma ponte entre a teoria e a prática, na busca pela autonomia intelectual e uma abordagem interdisciplinar.

A ampliação das discussões sobre temas sociais e valores na educação foi impulsionada pelas mudanças socioculturais à medida que a sociedade se tornava cada vez mais consciente das complexidades globais. As correntes pedagógicas têm a necessidade de começar a incorporar uma diversidade nos tópicos dos currículos. A Lei 5.692 de 1971 estabeleceu, no Capítulo I – Do Ensino de 1º e 2º graus, os objetivos para o ensino que corresponderia, hoje, à educação básica. Na proposta apresentada pelo Grupo que elaborou o Anteprojeto de Lei 6, o ensino de 1º grau teria como objetivo, além da educação geral, a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, sem ser profissionalizante; quer dizer, priorizava a formação para a vida em sociedade. Nessa concepção, o objetivo da educação visava à formação para o autoconhecimento, entendendo que esse processo ocorria mediante a interação do jovem com o meio em que vive por meio do trabalho e da convivência. Nessa perspectiva, a formação cultural oriunda do processo educativo oferecia os meios para a atuação do estudante no mundo do trabalho e no meio social, contribuindo para a sua realização pessoal (Saraiva, 1984). A Lei determinava que os currículos de primeiro e segundo grau fossem constituídos de um núcleo comum obrigatório em nível nacional, e conferia ao Conselho Federal de Educação a atribuição de fixar as matérias relativas a esse núcleo comum, definindo objetivos e amplitudes. A parte diversificada dos currículos seria relacionada pelos Conselhos Estaduais de Educação, cabendo às escolas escolherem as disciplinas que constituem a parte diversificada.

Com as décadas de 1970 e 1980, as mudanças socioculturais eram significativas na sociedade. As sementes do surgimento dos temas transversais podiam ser vistas como respostas a mudanças de valores e da percepção de que o mundo está em constante evolução. Pautas como os direitos civis, feminismo e ambientalismo estavam em alta, progredindo para uma educação mais contextualizada.

Na questão ambiental, em 1973, foi criada a SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente, marcando um marco importante para que, em 1981, fosse estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81). Essa política criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e estabeleceu princípios, diretrizes, instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional. Ao longo dos anos, conforme Moura (2016) relata, vários órgãos foram criados e estruturados, pavimentando o

caminho para que, em 1990, o Brasil tivesse sua Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR), evidenciando a crescente importância da questão ambiental. Isso se tornou ainda mais evidente com a organização da Rio-92 no Brasil, uma conferência coordenada pela Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), que resultou na elaboração de um relatório explicitando o posicionamento brasileiro frente à temática ambiental.

Por outro lado, as questões sociais também estavam em plena discussão no Brasil com as passeatas do SOS Mulheres que protestavam contra o homicídio de mulheres, também conforme o livro do Diniz (2020), em 1982, algumas feministas vinculadas ao PMDB ganharam algumas eleições e reivindicaram a formação de um Conselho Estadual da Condição Feminina, que foi criado somente em 1993, vale ressaltar que também nesta época foi criada a Delegacia Policial de defesa da Mulher. E em 1986 a violência como um todo foi discutida na Carta aos Constituintes em 1986 e ainda foram assinados e ratificados inúmeros documentos, declarações e resoluções internacionais de garantias dos direitos humanos no congresso Nacional. Vale ressaltar a grande importância da Constituição de 1988 que estabeleceu princípios, como igualdade e cidadania no país, influenciando a presença futura dos temas transversais nas políticas educacionais.

Somente nos anos de 1990 que os temas transversais se apresentaram na época contemporânea. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9394 de 1996 assegura a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornece meios para que o educando possa progredir no trabalho e em estudos posteriores. Ela traz a obrigatoriedade do ensino dos temas transversais relacionando a ética e cidadania no currículo da educação básica e somente na resolução do Conselho Nacional de Educação (CEB) número 2, do dia 7 de abril de 1998, foi homologada pelo Ministro da Educação e do Desporto em 27 de março de 1998, as questões da interdisciplinaridade, da contextualização e da abordagem dos temas transversais.

Os PCNs se tornaram obrigatórios e voltam a destacar a consideração de questões sociais prementes. Essa perspectiva ressalta que os temas transversais devem estar em sintonia com as demandas contemporâneas da sociedade e aborda assuntos que possam impactar a vida dos estudantes de maneira significativa.

A Lei Federal número 9394/96, em seu artigo 27, Inciso I, destaca que os conteúdos curriculares da educação básica, deverão observar 'a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática'. Também, no item I do artigo terceiro, temos o seguinte:

“I - As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.”

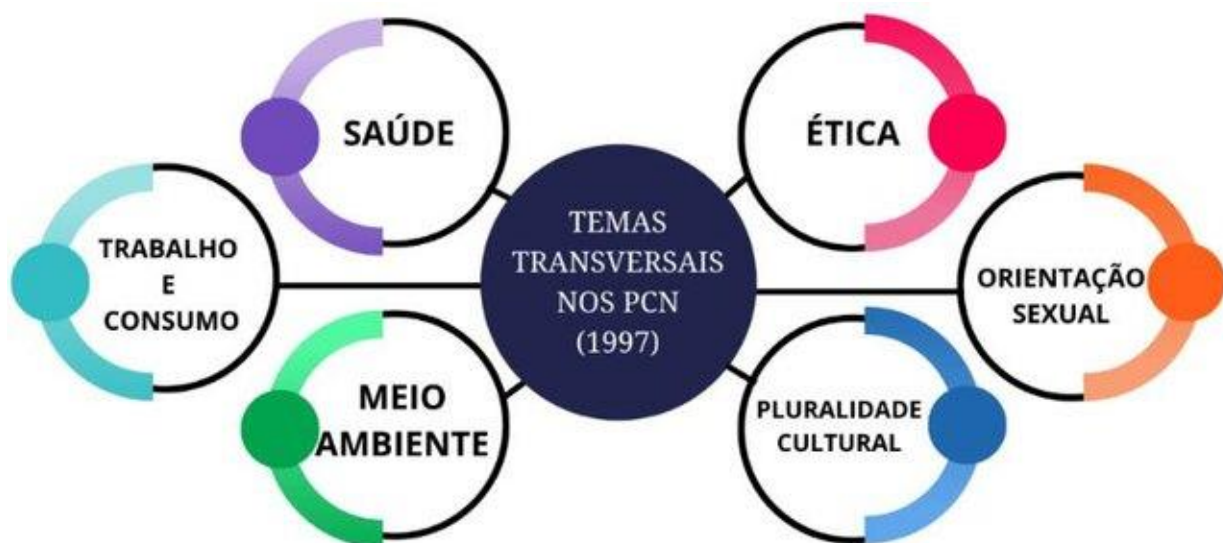
Também temos neste mesmo artigo (terceiro), no item IV, o seguinte:

“IV - Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para estudantes a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como:

1. a saúde
2. a sexualidade
3. a vida familiar e social
4. o meio ambiente
5. o trabalho
6. a ciência e a tecnologia
7. a cultura
8. as linguagens ...”

Alinhados conforme a figura 1:

Figura 1. OS TEMAS TRANSVERSAIS NOS PCN



Fonte: Costa e Junior, 2023.

Nesse contexto, as questões sociais relacionadas à ética, saúde, meio ambiente, diversidade cultural, orientação sexual, bem como trabalho e consumo, está incorporadas à proposta educacional dos PCNs por meio dos Temas Transversais. Segundo Lucas (2007), eles foram introduzidos como uma novidade nas escolas brasileiras e ainda hoje são considerados essenciais para a formação do cidadão, abordando de maneira transversal diversos conteúdos, tais como ética, convívio social, meio ambiente, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo.

Percebe-se que a proposta de uma educação diferenciada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagem vem sendo construída ao longo dos anos. Além dos PCNs, outros marcos importantes incluem a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), que promoveu a inserção da educação ambiental nos currículos escolares, e o programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), lançado também em 1999, integrando ações de saúde nas escolas. Discussões políticas sobre as diversidades, como a política Nacional de saúde integral LGBT de 2008, desenvolvida para a revisão dos PCNs.

A partir dos anos 2000, observa-se um alinhamento dentro da política educacional, destacado pelo PNE em 2001, que visa possibilitar a interdisciplinaridade e novas concepções pedagógicas embasadas na ciência da educação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram como uma proposta importante e eficiente para os professores, inserindo os temas transversais na estrutura curricular, sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e Municípios. O PNE ainda ressalta como uma das principais marcas norteadoras a inclusão dos temas transversais nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes.

Novas pautas para a educação brasileira, como a lei Maria da Penha em 2006 que trouxe visibilidade para a educação voltada para o gênero, discussões políticas acerca das diversidades como a política Nacional da saúde integral LGBT de 2008, que ajudou na discussão acerca da orientação sexual, contribuindo para a revisão dos PCNs. Ressaltando que para nossa pesquisa é fundamental citar o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei Nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável), que foram de extrema importância para a educação para o consumo.

Os últimos 10 anos foram marcados pela evolução dos temas transversais, com destaque para o PNE de 2014 até 2024, que reforça a importância desses temas, incluindo metas que promovem a educação para a cidadania, valores éticos e direitos humanos. A mudança do nome

de Temas Transversais para Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) em 2017, juntamente com a conclusão dos cadernos da Base Nacional Curricular (BNCC), manteve esses temas em pauta, contextualizando o ensino ao introduzir tópicos relevantes para os estudantes e para seus estudantes desenvolvimento cidadão.

A BNCC (2017) destaca a importância dos TCTs, essenciais e indispensáveis aos estudantes, crianças, jovens e adultos, abrangendo seis macroáreas temáticas e 15 temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Essa trajetória histórica é resultado de movimentos educacionais e mudanças culturais, destacando-se como uma ferramenta fundamental na formação educacional contemporânea.

Os TCTs permitem aos estudantes compreenderem melhor questões como gestão financeira, saúde, tecnologia, cuidados ambientais, respeito à diversidade e conhecimento de seus direitos e deveres, transcendendo uma única área. Um aspecto relevante é que, nos PCNs, esses temas ainda não eram obrigatórios, mas na BNCC, fizeram-se uma referência nacional obrigatória, conforme destaque pela BNCC (Brasil, 2017).

Agora são seis macro áreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde), englobando 15 Temas Contemporâneos que afetam a vida humana em diferentes escalas. A incorporação de novos temas visa atender às demandas sociais crescentes, conforme destacado pela figura 2.

Figura 2. TEMAS TRANSVERSAIS CONTEMPORÂNEOS DA BNCC



Fonte: Temas contemporâneos transversais na BNCC, 2019.

É importante ressaltar que a evolução dos temas transversais não se limita a uma única década, refletindo uma progressão contínua ao longo do tempo. Essa trajetória histórica,

moldada por movimentos educacionais e mudanças culturais, destaca sua crescente importância como ferramenta essencial na formação educacional contemporânea.

TRILHANDO A HISTÓRIA NO BRASIL: A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Os textos oficiais e a evolução dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) ressaltam o compromisso das políticas educacionais com a construção da cidadania. De acordo com Cordeiro (2019), esse compromisso está centrado na compreensão da realidade social, nos direitos individuais, nas responsabilidades em relação à sociedade, aos seres humanos e ao meio ambiente. Lembrando que “A cidadania é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito do Brasil, o qual é regido por princípios universais e contém as normas à formação dos poderes públicos, forma de governo, distribuição de competências e direitos e deveres dos cidadãos” (BRASIL, 1988, p. 91). Essa visão ganha um nível diferente quando consideramos os “fios invisíveis” que permeiam a educação, conectando-se com os temas de maneira sutil e necessária para a formação dos estudantes. Esses “fios” representam conexões sutis que atravessam a educação, abordando questões éticas, contribuindo com valores, cidadania, direitos humanos e responsabilidades sociais. Os TCTs contribuem diretamente para a formação cidadã, ao estimular a consciência crítica e a atuação ativa dos estudantes na sociedade. A Competência 10 da BNCC (2017), que trata de responsabilidade e cidadania, direciona o estudante a agir tanto de forma individual quanto coletiva, demonstrando autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.

É importante ressaltar que essa competência deve abranger diversas disciplinas, enfatizando o princípio da transversalidade. Neste contexto, emerge o primeiro “fio” representado pelas conexões contextuais e sociais, destacando as interações entre a realidade social e as questões contemporâneas. O Conselho Nacional de Educação (CNE) já abordou extensivamente a questão da transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010.

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são

agentes da arte de problematizar e interrogar, e busca procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, pág. 24).

Os temas transversais transcendem os limites epistemológicos das disciplinas individuais, possibilitando uma compreensão mais abrangente e profunda do conhecimento e da realidade. Essa abordagem supera as disputas entre disciplinas, incentivando uma reflexão conjunta sobre o todo, em vez de focar em partes isoladas. Essa visão se caracteriza por uma rede de interconexões, envolvendo múltiplos fatores e dimensões em qualquer problema ou questão. Portanto, a compreensão adequada e a resolução de problemas complexos são ainda uma abordagem transversal, que reconhece e integra os diferentes aspectos envolvidos.

A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidimensionais, transversais, multidisciplinares, transnacionais, globais e planetários. (Morin, 2000, p. 36).

Além da transversalidade, que incorpora o contexto do mundo real na sala de aula, com um conceito didático-pedagógico, contribuindo para dar significado e relevância ao conhecimento do estudante, os TCTs também colaboram com a interdisciplinaridade. Nesse contexto, destacamos o segundo "fio" encontrado, relacionado à abordagem da produção do conhecimento. Isso se manifesta como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico, integrando temas e eixos temáticos às disciplinas e áreas efetivamente, garantindo sua presença em todas elas (CNE/CEB, 2010, p. 65).

Essa interdisciplinaridade faz com que os temas abordados não estejam restritos a apenas um componente curricular. A educação e a aprendizagem abrangem todas as dimensões do ser humano. Quando essa abordagem é negligenciada, ocorre alienação e perda do significado social e individual na experiência de viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem (Brasil, 2017). A interdisciplinaridade surgiu como uma resposta ao problema da especialização excessiva e à falta de conexão entre teoria e prática. Ela é vista como uma alternativa à abordagem disciplinar tradicional. Nesse contexto, as discussões sobre interdisciplinaridade são influenciadas pela crítica à organização da sociedade capitalista, à

divisão das pessoas em diferentes tipos de trabalho e à busca por uma educação que forme indivíduos de maneira mais completa e integral.

Na perspectiva de Morin, a interdisciplinaridade se coloca como um desafio diante das limitações individuais, onde o pensamento complexo tenta restabelecer as conexões que o pensamento disciplinar fragmentou. Este processo não apenas une diferentes áreas do conhecimento, mas também reconcilia conceitos opostos como ordem e desordem, certeza e incerteza, lógica e sua transgressão. Morin enfatiza a importância de uma visão solidária que abrace todos os elementos da realidade, refletindo sobre o significado original de *complexus* como algo "tecido em conjunto", respondendo ao chamado do verbo latino *complexere*, que significa "abraçar". Assim, o pensamento complexo se caracteriza como uma prática que busca abraçar a complexidade da realidade (Morin, 1997, p. 11).

Ao considerar a educação, a interdisciplinaridade pode ser vista como uma abordagem para flexibilizar a separação entre diferentes disciplinas nas escolas. No entanto, não devemos vê-la como um substituto para as disciplinas, mas sim como um complemento que eleva um nível mais avançado. As disciplinas específicas às partes mais amplas do conhecimento em uma área específica são necessárias para aprofundar a aprendizagem.

No entanto, “a transdisciplinaridade envolve os elos de ligação entre as disciplinas, os espaços de conhecimento que solidificam esses elos, ultrapassando-as com o objetivo de construir um conhecimento integral, unificado e significativo” (Rocha; Basso; Borges, 2015, pág. 36). Portanto, mais importante do que adotar uma visão do conhecimento compartimentado é compreender o todo. Conforme Morin (2002, p. 79), “a transdisciplinaridade caracteriza-se muitas vezes por esquemas cognitivos que atravessam as disciplinas, às vezes com tal virulência que as colocam em sobressalto”. Portanto, compreende-se que os temas transversais contemporâneos transcendem as disciplinas, destacando o papel do sujeito como ator, produtor e portador em relação à sociedade ou meio. Pode-se considerar a interdisciplinaridade como puxando a transdisciplinaridade, sendo outro “fio” dos temas transversais. Quando combinadas, essas abordagens proporcionam uma compreensão integrada aos estudantes, auxiliando na percepção crítica.

Conforme Freire (1996), é impossível discutir o homem sem considerar suas reflexões e atuações no mundo; essas dimensões são inseparáveis e essenciais em um mundo desafiador. O pensar e agir autênticos são reflexos da natureza criativa do homem, e a continuidade dessa reflexão é crucial para o avanço da transformação. As discussões sobre os TCTs capacitam os estudantes a se tornarem cidadãos conscientes, compreendendo questões sociais, políticas e

econômicas, possibilitando a promoção de mudanças genuinamente positivas na sociedade. Esse poder de transformação, aliado a um pensamento crítico, constitui o terceiro “fio” presente nos temas transversais.

Ao explorar temas atuais, é evidente a presença do pensamento crítico, que é justamente a “competência 2 - pensamento científico, crítico e criativo” da BNCC 2017. Essa competência busca investigar, refletir e analisar criticamente, incentivando o uso da imaginação e criatividade para explorar causas, formular e testar hipóteses, solucionar problemas e até criar abordagens inovadoras, incluindo soluções tecnológicas. Esse processo envolve o desenvolvimento do raciocínio por meio de diversas estratégias, enfatizando o questionamento, a análise crítica e a busca por soluções originais e criativas. Pensando assim, é crucial ter a consciência de que, ao segundo abordar temas pertinentes aos estudantes, Gadotti (1984), o “educar” nessa perspectiva passa a ser essencialmente conscientizar, formando a consciência crítica de si mesmo e da sociedade.

O conhecimento capacita o estudante a expressar sua opinião por meio de discussões significativas, permitindo que se tornem agentes de mudança. Nas palavras de Freire (1996), o destino do homem é criar e transformar o mundo; ele deve ser o sujeito dessa mudança. No entanto, é na escola que o estudante desenvolve habilidades para analisar e avaliar fontes, capacitando-o a tomar decisões diante de sua comunidade e enfrentar problemas do mundo real, como questões de saúde, finanças, tecnologias, ambiente e relacionamentos.

Ao abordar questões contemporâneas, como sustentabilidade, tecnologia, saúde mental e outros, os temas transversais auxiliam os estudantes a se prepararem para os desafios do mundo atual e futuro, pois são tópicos com relevância direta em suas vidas, aumentando consequentemente o interesse no aprendizado. Lucas (2007) destaca essa dualidade que os próprios temas transversais exploram: a consciência moral e intelectual, juntamente com a capacidade do indivíduo de reflexão. Ele aborda as ideias de Fouillée, propondo que o ensino abre os sentimentos por meio dos estudos de moral e filosofia, e, seguindo Spencer, a educação assume o papel de contribuir para a estabilidade social. Essa dualidade é evidente nos TCTs, nos quais é essencial abordar temas indispensáveis para o progresso, assim como temas inevitáveis para uma convivência harmônica.

É exatamente essa dualidade contraditória do homem moderno, sendo ao mesmo tempo homem e cidadão, que traz inúmeras reflexões a serem debatidas dentro da sala de aula. Essa dualidade torna o estudante questionador e interessado em sua formação, fomentando um diálogo entre diversos campos do saber.

Cada TCT, quando trabalha, é sustentado por esses fios: transversalidade, interdisciplinaridade e o pensamento crítico e reflexivo. São essas conexões que se situam para a formação de cidadãos conscientes, ativos e capazes de compreender e enfrentar os desafios contemporâneos.

Portanto, ao considerar os “fios” que sustentam os TCTs, é possível vislumbrar um cenário educacional que prepara os estudantes não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma participação ativa e significativa na sociedade.

CONCLUSÃO

Contemporâneos Transversais (TCTs) na educação. Descobrimos que a interdisciplinaridade, transversalidade e pensamento crítico são os elementos essenciais que entrelaçam e fortalecem os TCTs, elevando-os a uma posição central na formação dos estudantes. Esses "fios" não apenas adquiriram uma compreensão mais profunda e integral das questões sociais, ambientais e culturais, mas também capacitaram os estudantes para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo em geral.

Em suma, ao analisar a interdisciplinaridade, a transversalidade e o pensamento crítico como os "fios" que sustentam os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), fica evidente que esses elementos desempenham um papel crucial na formação dos estudantes. A interdisciplinaridade permite a integração de diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma compreensão mais ampla e profunda da realidade. Além disso, a transversalidade destaca a importância de abordar questões sociais e contemporâneas de forma integrada, conectando os conteúdos curriculares com a vida dos estudantes. Por fim, o pensamento crítico capacita os estudantes a questionarem, refletirem e analisarem de maneira profunda os desafios enfrentados pela sociedade, preparando-os para se tornarem agentes de mudança.

No que diz respeito à relação entre disciplinas e abordagens transversais, é fundamental compreender que a interdisciplinaridade não substitui as disciplinas, mas as complementa, elevando-as a um nível mais avançado. Enquanto as disciplinas fornecem uma base sólida de conhecimento em áreas específicas, a transdisciplinaridade estabelece conexões entre elas, visando construir um conhecimento integral e unificado. Nesse sentido, é essencial adotar uma visão holística do conhecimento, compreendendo sua interconectividade e complexidade para promover uma educação mais abrangente e significativa.

A importância dos TCTs transcende o simples ensino de conteúdos curriculares; eles representam uma abordagem transformadora da educação. Ao integrar temas relevantes e

significativos em todas as disciplinas, os TCTs garantem que os estudantes adquiram não apenas conhecimento, mas também habilidades essenciais para a vida, como pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões éticas. Além disso, ao promover uma visão mais ampla e interconectada do conhecimento, os TCTs capacitam os estudantes a compreenderem melhor o mundo ao seu redor e a se engajarem de forma ativa na sociedade.

É crucial considerar que a implementação eficaz dos TCTs requer não apenas o apoio dos educadores e das instituições educacionais, mas também o compromisso contínuo de toda a comunidade escolar e da sociedade em geral. Ao investir na formação de professores, no desenvolvimento de recursos curriculares e na promoção de parcerias com a comunidade, podemos garantir que os TCTs sejam incorporados de forma eficaz e significativa no currículo escolar. Só assim poderemos preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do século XXI, capacitando-os para se tornarem cidadãos conscientes, críticos e engajados em um mundo em constante mudança.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 12 ago. 1971.
2. BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm
3. BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de ago. de 2023.
4. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 2/1998**, de 7 de abril de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB0298.pdf>.
5. BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 1990.
6. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

7. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer **CNE/CEB nº 11/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.
8. BRASIL. Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015. Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 12 nov. 2015.
9. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
10. BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.
11. BUSQUETS, M. D. *et al.* **Temas transversais em educação**: bases para uma formação integral. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 2000.
12. CORDEIRO, N. V. **Temas contemporâneos e transversais na BNCC: as contribuições da transdisciplinaridade**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2661>. Acesso em: 2 dez. 2025.
13. COSTA, F. M.; JUNIOR, A.J.S. Estado da Arte de Pesquisas com os Temas Contemporâneos Transversais na Formação de Professores(as) de Matemática". **Revista Eletrônica de Educação Matemática - REVEMAT**, Florianópolis, v. 18, p. 01-20, jan./dez, 2023. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1981-1322. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2023.e90576>. Acesso em 23 jan. de 2023.
14. DINIZ, S. G. *et al.* **Coletivo feminista sexualidade e saúde**. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites. São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.mulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/04/25anos-completo.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2023.
15. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
16. GADOTTI, M. **A Educação Contra a Educação**: O esquecimento da Educação e a Educação Permanente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª edição, 1984.
17. GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.
18. JOSSETTI, C. C.; ARAÚJO, R. V. C. Educação nas décadas de 1920 a 1950 no Brasil: alfabetização de adultos em questão. **Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 12, n. 6, p.12, jul.-dez. 2012. ISSN 1982-3916. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/1909/1666> Acesso em: 20, ago, 2023
19. LUCAS, M. A. O. **Conteúdos escolares**: um debate histórico sobre temas transversais. Maringá: Eduem, 2007. 104 p.

20. MAZUIM, C. H. R.; GOMES, M. S. S. **Teorias e Vivências de Metodologias Ativas**. São Paulo: Ed. Perse, 2019.
21. MOURA, A. M. M. de (Organizadora). **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. 352 p.
22. MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
23. MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. *In*: CASTRO, Gustavo de *et al.* **Ensaio de complexidade** Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 11-20.
24. MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
25. MORIN, E. (Dir.). **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Trad. Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
26. MORIN, E. **Articular os saberes**. *In*: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina L. (org.). **O sentido da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 65-80.
27. ROCHA FILHO, J. B.; BASSO, N. R. S.; BORGES, R. M. R. **Transdisciplinaridade**: a natureza íntima da educação científica. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 130 p. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11835/2/Transdisciplinaridade_A_natureza_intima_da_educacao_cientifica.pdf ISBN 978-85-397-0791-1.
28. RUIZ, A. R.; BELLINI, L. M. **Ensino e conhecimento: elementos para uma pedagogia em ação**. Londrina: EDUEL, 1998.
29. SARAIVA, T. **Educação**: temas para debate. Rio de Janeiro: BLOCH Editores, 1984.
30. SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.